

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 121.111 - AL (2019/0355040-6)**

**RELATORA** : MINISTRA LAURITA VAZ  
**RECORRENTE** : CLAUDEMIR DA SILVA (PRESO)  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS

**DECISÃO**

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por CLAUDEMIR DA SILVA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas proferido no *Habeas Corpus* n.º 0804089-41.2019.8.02.0000.

Consta dos autos que o Recorrente foi preso em flagrante, em 27/07/2018, pela suposta prática do crime de tráfico ilícito de drogas (fls. 9-15), por ter sido surpreendido com 400 (quatrocentos gramas) de "maconha" (fl. 93). O Juízo de primeira instância converteu a prisão em flagrante em preventiva no dia 29/07/2018 (fls. 32-34).

O pedido de revogação da prisão processual foi indeferido em 02/04/2019 (fls. 91-95).

Irresignada com o excesso de prazo da custódia e para a formação da culpa, a Defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, que denegou a ordem (fls. 147-152).

Em suas razões, o Recorrente sustenta, em suma, o excesso de prazo da prisão cautelar e para a formação da culpa, visto que "*está preso desde o dia 06 de agosto de 2018 e ainda não foi julgado em primeiro grau de jurisdição*" (fl. 161).

Requer, em liminar e no mérito, a revogação do encarceramento preventivo com ou sem a imposição de medidas cautelares diversas da prisão.

É o relatório.

Decido o pedido urgente.

De acordo com o entendimento desta Corte Superior de Justiça, os prazos indicados para a consecução da instrução criminal servem apenas como parâmetro geral, jamais sendo aferível apenas a partir da mera soma aritmética dos prazos processuais, **pois variam conforme as peculiaridades de cada processo, razão pela qual a jurisprudência uníssona os tem mitigado, à luz do Princípio da Razoabilidade.**

A propósito, cito o seguinte precedente:

*"HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA. HOMICÍDIO QUALIFICADO. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. FUGA DO DISTRITO DA CULPA. REINCIDÊNCIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO. INVIABILIDADE. EXCESSO DE PRAZO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO VERIFICADO.*

[...]

*3. A aferição da razoabilidade da duração do processo não se efetiva de forma meramente aritmética. Nesta perspectiva, não se verifica ilegalidade quando o andamento processual encontra-se compatível com as particularidades da causa, não se tributando, pois, aos órgãos estatais indevida letargia.*

[...]

*5. Habeas corpus denegado."* (HC 451.323/GO, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 04/09/2018, DJe 12/09/2018, sem grifos no original.)

Nessa perspectiva, somente se cogita da existência de constrangimento ilegal quando o excesso de prazo for motivado pelo **descaso injustificado** do juízo, **o que, *prima facie*, não se verifica na hipótese em tela.**

De fato, o Colegiado de origem expôs o que se segue (fls. 149-152, sem grifos no original):

*"A pretensão veiculada neste Habeas Corpus gravita em torno da concessão da Ordem em favor de um indivíduo, que se encontra preso há aproximadamente 01 ano da impetração do writ, e, por tal motivo, padece de constrangimento ilegal por excesso de prazo, pois foi preso em 06 de agosto de 2018, na qual a prisão perdura até o momento sem que tenha havido a audiência de instrução e julgamento.*

*É bem verdade que todo procedimento criminal previsto na lei processual penal detém uma marcha específica, cujas regras e prazos se encontram previamente estabelecidos. Todavia, referido lapso temporal não deve ser avaliado, tão somente, sob o prisma meramente aritmético, mas deve submeter-se ao princípio da razoabilidade, sendo este o vetor mais seguro para averiguar o constrangimento ilegal apontado pelos impetrantes.*

*Desta forma, a concessão de Habeas Corpus em razão da configuração de excesso de prazo é medida excepcional, somente admitida nos casos em que a dilação seja decorrência exclusiva de diligências suscitadas pela acusação, resulte da inércia do aparato judicial ou implique, de algum modo, ofensa ao princípio da razoável duração do processo.*

[...]

Observo que o paciente teve sua prisão preventiva decretada em 29 de julho de 2018, com o seu cumprimento em 06 de agosto de 2018. A denúncia foi oferecida em 24 de agosto de 2018.

***Em 01/04/19 a prisão foi reavaliada por ocasião do pedido de revogação, oportunidade em que foi mantida a segregação cautelar.***

***Em 31/08/2018, em atenção ao que dispõe o Provimento n.º 26/2017 da Corregedoria de Justiça do Estado de Alagoas, o qual estabelece, em seu artigo 1º, que 'os Juízos de Direito Criminais do Estado de Alagoas deverão promover, nos meses de fevereiro e agosto de cada ano, o reexame de todas as prisões provisórias decretadas, proferindo decisão a respeito [...]' novamente analisou a situação do segregado, o mantendo em cárcere.***

***Defesa prévia apresentada na o oportunidade da apresentação do pedido de revogação da prisão preventiva, cuja audiência não aconteceu no dia 28 de maio de 2019 por ausência das testemunhas de defesa e acusação, em razão da não intimação das mesmas.***

***Sendo esse o contexto dos autos, foi remarcada a audiência para o dia 1º de outubro próximo. Percebo que apesar de o processo ter caminhado por aproximadamente um ano, o Juiz tem se mostrado proativo e adotado as diligências necessárias para o processo não ficar estagnado, além de não ter deixado de apreciar o quadro segregativo do ora paciente.***

Ao julgar caso semelhante, assim decidiu a Câmara Criminal desta Corte de Justiça:

[...]

***Não é outra a opinião da Procuradoria-Geral de Justiça (fls. 142/144). Leia-se:***

***Outrossim, é de se salientar que o processo em 1º grau tramita normalmente, já estando a audiência de instrução e julgamento designada para o dia 01/10/2019.***

***Como sabemos, os prazos indicados para a consecução da instrução criminal servem apenas como parâmetro geral, porquanto variam conforme as peculiaridades de cada processo.***

***Nota-se, portanto, que o caso em tela não passou despercebido pelo Julgador em momento algum, razão pela qual não há falar em excesso de prazo, apto a ensejar constrangimento ilegal.***

***Assim, não há o que se falar em desídia ou ineficácia do Estado, tendo em vista a regularidade do andamento processual, talvez não com a celeridade desejada pelos impetrantes, mas dentro da disponibilidade do Juízo processante. Ademais, vê-se que fora designada a audiência de instrução e julgamento para a data de 10 de outubro de 2019.***

***Com efeito, à título de reforço, verifico que o paciente responde a outro processo criminal por homicídio nos autos do***

# *Superior Tribunal de Justiça*

***processo de n° 0700299-68.2018.8.02.0067, que tramitam na 8ª Vara Criminal da Capital/Tribunal do Juri.***

*Tais fatos denotam a nítida inclinação do paciente à reiteração delitiva e evidenciam a sua periculosidade, circunstâncias reconhecidamente aptas a ensejar a segregação cautelar, como se depreende de inúmeras decisões proferidas no âmbito do Superior Tribunal de Justiça:*

*[...]*

*Ante o exposto, CONHEÇO do presente Habeas Corpus, para, no mérito, DENEGAR a Ordem impetrada."*

Dos trechos acima negritos e sublinhados, não se evidencia, em princípio, a presença do sustentado excesso de prazo, pois o Juízo *a quo* está dando o devido andamento ao processo, inclusive tendo designado duas audiências de instrução e julgamento.

Ademais, não há como se reconhecer, de plano e sem a apresentação de informações por parte da Autoridade Coatora, a existência do excesso de prazo, porquanto os documentos acostados aos autos e os dados presentes no endereço eletrônico do Tribunal local – que exigem senha para acesso, fato que impede a verificação da ocorrência ou não da audiência que fora designada para o dia 10/10/2019 – não são capazes de evidenciar, de forma satisfatória, o seu atual andamento.

Assim, o caso em análise não se enquadra nas hipóteses excepcionais passíveis de deferimento do pedido em caráter de urgência, por não veicular situação configuradora de abuso de poder ou de manifesta ilegalidade sanável neste juízo perfunctório, devendo a controvérsia ser decidida após a tramitação completa do feito.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido liminar.

Requisitem-se informações ao Juízo de primeira instância e ao Tribunal de origem, notadamente para prestem esclarecimentos sobre o **atual andamento do feito (especialmente se a audiência de instrução e julgamento, marcada para o dia 10/10/2019, foi realizada ou não)**, bem como para que informem a **SENHA de acesso** aos processos que tramitam na **primeira e segunda instâncias**, caso a página eletrônica requeira a sua utilização.

Após, remetam-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ  
Relatora